

Chile encerra o processo constitucional



Imagem ilustrativa

Por Guillermo Alvarado

Com vantagem de mais de 11 pontos percentuais, a população chilena rejeitou um projeto de constituição elaborado pela direita e pela extrema direita, que eliminava as conquistas das mulheres e dos trabalhadores e consagrava os princípios do neoliberalismo mais brutal.

Após o plebiscito de 4 de setembro de 2022, este foi o segundo fracasso na tentativa de dotar o país de uma Carta Magna que substitua a imposta em 1980 pela ditadura de Augusto Pinochet.

Tanto o presidente Gabriel Boric quanto a maioria dos líderes dos partidos políticos coincidiram em que esse processo havia chegado ao fim e que a Constituição de Pinochet permaneceria em vigor por mais alguns anos.

Evidentemente, o resultado foi uma derrota para o Partido Republicano extremista e seus aliados de grupos conservadores. Porém, ao mesmo tempo, é um alerta para toda a classe política que parece fragmentada e polarizada, incapaz de chegar a acordos que beneficiem a população.

Questões urgentes, como a reforma previdenciária para proporcionar melhores aposentadorias, ou um pacto fiscal que forçaria aqueles que têm mais a pagar mais, permanecem atoladas no Congresso.

Sendo assim, a população não só votou contra um projeto constitucional que fazia retroceder seus direitos em benefício do grande setor empresarial, mas também se posicionou contra uma forma de fazer política em que cada corrente bloqueia as outras, enquanto o povo fica indefeso.

É inegável que o Chile está imerso em uma onda crescente de insegurança devido à ação da delinquência comum e à introdução de formas de crime organizado desconhecidas até recentemente.

Isso não é responsabilidade de um governo em particular, mas de anos de apatia para lidar com um problema específico que mantém a população nervosa.

Além do medo de sair às ruas que aflige muitas famílias, são frequentes os casos escandalosos de corrupção, como o mais recente envolvendo cerca de 50 empresários que durante anos fraudaram as autoridades fiscais.

O sistema escolar, que está sob a responsabilidade dos municípios e não do governo central desde os tempos da ditadura, sofre de graves deficiências e a saúde pública é um desastre, com muitas pessoas tendo que esperar mais de um ano para serem atendidas por um especialista ou para fazer uma cirurgia.

Esse é o verdadeiro motivo do voto contra duas propostas consecutivas de uma nova constituição. Muitos reconhecem a importância de modernizar a constituição do país, mas pedem que os políticos se concentrem nas necessidades diárias das pessoas em vez de brigarem entre si.

<https://www.radiohc.cu/pt/especiales/comentarios/342534-chile-encerra-o-processo-constitucional>



Radio Habana Cuba